



Pedro Fernando Nery pedrofnery@gmail.com

O Auxílio cresceu demais?

Há um ano, Bolsonaro sancionava o Auxílio Brasil. Seu valor médio estava previsto em cerca de R\$ 240, um aumento em relação aos R\$ 200 pagos no Bolsa Família. De lá para cá, foi tornado permanente um piso mínimo de R\$ 400 – elevado temporariamente para R\$ 600. Lula e Bolsonaro prometeram tornar estes R\$ 600 permanentes, com o petista indicando ainda de adicional de R\$ 150 por criança na primeira infância. É um aumento considerável. Veja que o piso antes da pandemia era de cerca de R\$ 50 para o Bolsa Família. Além do valor pago, o público cresceu

significativamente. Com isso, saímos do orçamento anual do Bolsa Família de cerca de R\$ 35 bilhões pré-covid para algo entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões – cerca de 5 vezes mais.

O Auxílio cresceu demais? Se alguém dissesse há poucos anos que teríamos tamanho orçamento para as transferências de renda na assistência social, qualquer especialista apontaria o número como uma quimera. O desafio agora é usar da melhor forma. Muita coisa no Auxílio Brasil não faz sentido.

A começar pelo piso, que na prática implica valor único de R\$ 600. Vale para um homem que ganha renda de trabalho

informal e vive sozinho ou para uma mãe desempregada com várias crianças.

Será melhor reduzir o piso e permitir que o valor oscile – para que, em famílias mais nu-

para minimizar os indicadores de pobreza.

Os critérios para receber o Auxílio também deixaram de fazer sentido à medida que ele cresceu. Um domicílio que por pouco não satisfaz a linha de corte para o programa, receberá zero, enquanto outro receberá os R\$ 600.

Também porque a renda das famílias mais pobres flutua muito, limites rígidos podem não ser ideais para entrar em programas sociais. Principalmente em um programa com orçamento tão robusto, não é racional manter o apego aos R\$ 600. Melhor seria ampliar a cobertura, tornando mais flexi-

veis os limites de entrada, e calibrar o valor do benefício. Para um mesmo orçamento, mais famílias atendidas.

Na metade mais pobre dos brasileiros estão várias crianças cujas famílias não recebem nenhum benefício, por não serem tão vulneráveis a ponto de cair nas linhas da assistência. Uma boa ambição seria transformar o Auxílio em uma renda infantil semiuniversal, como já existe em muitos países. Há desenhos superiores ao nosso. Os R\$ 600 como número cabalístico precisa ser abandonado. ●

DOUTOR EM ECONOMIA

SEB, Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revizam quinzenalmente) • TER, Pedro Fernando Nery e Demit Gettschko (quinzenalmente) • QUA, Fábio Alves • QUI, Adriana Fernandes • SEX, Elena Landau e Laura Karziska (revizam quinzenalmente) e Pedro Doris • SAB, Adriana Fernandes • DOM, José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Afonso Celso Pastore (quinzenalmente); Paulo Leme (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Políticas públicas 'Herança' ambiental

BNDES amplia carteira de 'ativos verdes' para concessão ao setor privado

Já são 32 reservas florestais e 46 parques naturais, somando uma área do tamanho da Inglaterra ou com o dobro da de Portugal

VINICIUS NEDER
RIO

A carteira de projetos de concessão de reservas florestais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ganhará mais 15 ativos, com a inclusão de 600 mil hectares em áreas preservadas pelo governo do Estado do Amapá. Incluindo as concessões de parques naturais – estão na lista o Parque Nacional

Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, os parques estaduais de Ibitipoca e Itacolomi, em Minas Gerais, que deverão ser licitados até o fim deste ano, e o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará –, o programa do BNDES já abrange 17,8 milhões de hectares, equivalentes a todo o território da Inglaterra ou a duas vezes a área de Portugal.

O diretor de concessões e privatizações do banco, Fábio Abrahão, anunciou ontem a ampliação da carteira durante a 27.ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-27), no Egito. Com o aumento, a carteira em estruturação pelo BNDES chegará a 32 projetos de reservas florestais e a 46 de parques naturais. A maior parte ficará na fila para ser licitada na próxima gestão do BNDES, já sob o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em meio a críticas à atual política ambiental do governo Bolsonaro, a ideia de que é preciso levar atividades econômicas sustentáveis para as áreas de mata nativa, com destaque para a região da Amazônia, parece mais consensual. Abra-



O Parque Nacional do Iguazu, no Paraná, foi relicitado em março

hão está convencido de que as concessões são a melhor forma de fazer isso.

“O Brasil precisa ter uma resposta em escala. O Brasil é do tamanho de um continente. A Amazônia é metade do nosso território. Um percentual gigante dela está preservado ainda, e tem de permanecer assim. Só resolvermos as questões de preservação no Brasil se tivermos soluções de escala, e essa é uma solução de escala”, afirmou o diretor do BNDES.

O BNDES trabalha no desenho de concessões de parques naturais e reservas florestais há dois anos. Em outubro de 2020, o presidente do banco, Gustavo Montezano, disse ao **Estadão** que o plano era levar o programa a “dezenas” de unidades de conservação, a partir de um mapeamento que identificou em torno de 100 áreas no País com

potencial econômico. vestir em infraestrutura e cuidar da manutenção. As receitas vêm, principalmente, da cobrança de entradas e de gastos dos turistas com passeios, alimentação e outros negócios – hotéis nas cidades do entorno, por exemplo.

Esse modelo já era utilizado. Tanto que o primeiro leilão dos 46 projetos desenhados pelo BNDES foi a relicitação da concessão do Parque Nacional do Iguazu, no Paraná, que abriga a famosa queda d'água na fronteira do Brasil com a Argentina. O certame foi em março passado. O Grupo Cataratas foi o vencedor, com um lance de R\$ 375 milhões, e seguirá à frente da operação por mais 30 anos.

Já o modelo para as reservas florestais é mais intrincado. A ideia é estruturar os contratos de concessão de forma a oferecer aos operadores privados um leque amplo e flexível de atividades econômicas sustentáveis a serem colocadas em práticas nas florestas públicas. A primeira dessas atividades é o manejo sustentável, ou seja, a extração de madeira seguindo um plano que permita a reprodução e o crescimento das árvores. Em seguida, poderão ser associadas diversas atividades, como a produção agrícola em sistemas agroflorestais, que parte do plantio de culturas adaptadas à floresta.

As primeiras licitações de florestas estão previstas para o ano que vem, embora a confirmação do cronograma ainda dependa dos planos da futura gestão do BNDES. A equipe de Abrahão deixará para o próximo governo a proposta de, no primeiro trimestre, leiloar três florestas nacionais no Sul no País – de Chapeó e Três Barras, em Santa Catarina, e Irati, no Paraná. No segundo trimestre, seria a vez de cinco florestas na Amazônia. ●

Na lista

17,8 milhões de hectares é a área abrangida hoje pela carteira de projetos de concessão de reservas florestais e parques naturais do BNDES, como Chapada dos Guimarães, Ibitipoca e Jericoacoara

potencial econômico.

MODELOS. Desde então, os técnicos do banco foram amadurecendo os modelos das concessões. No caso dos parques naturais – que podem ser tanto federais quanto estaduais –, o modelo é mais óbvio. A empresa concessionária paga ao ente público uma taxa de outorga para explorar o ecoturismo, sob o compromisso de in-

EMBRAESP
ESTUDOS ESPECIAIS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590